

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2017

Aos 16 dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, pelas nove horas e quarenta e três minutos, no salão da Casa do Povo de S. Sebastião, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 3ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Tânia Gil da Rocha.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges, António Toledo Alves, Artur da Câmara Machado, Carlos Jorge Belerique Ormonde, Carlos Manuel Pereira Martins, Hélio Manuel Melo Vieira, Isabel Maria Diniz Berbereia, João Carlos Castro Tavares, João Luís Sanchez dos Santos, João Manuel Teixeira Salvador, José Fraga Ferreira Machado, Luís Leonel Teixeira Salvador, Marco Paulo Vieira Alves, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Rui Manuel Pacheco Lopes, Salvador da Rocha Lopes, Sandra Silva Mendes, Tânia Gil da Rocha, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva, Francisco José Lopes Câmara, Francisco Manuel Leonardo dos Santos, Honorato Bettencourt Lourenço, José Dimas da Rocha Machado, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa, Péricles Pereira Ortins, Rita Olaio de Mendonça Andrade, Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP:

Maria da Graça Amaral da Silveira, Mário José Correia da Silva, Michele Soveta Aguiar, Pedro Miguel de Borba Ferreira.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias, Fernando Francisco de Paiva Dias, Guido de Luna da Silva Teles, José Gaspar Rosa de Lima, Nuno Alberto Lopes Melo Alves, Raquel Gomes Caetano Ferreira.

Posta à discussão, sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 28 de abril de 2017 foi aprovada por unanimidade.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Uma saudação especial à vila de S. Sebastião e à forma como nos acolhe nesta reunião da Assembleia Municipal. Parabênico o senhor presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião pelo trabalho que tem desenvolvido ao longo dos últimos anos em prol da sua vila e da população sebastianense.

Abordo agora uma questão que penso ter já sido discutida em reunião de Câmara. Terão sido licenciadas pela Câmara duas touradas agendadas para hoje dia 16, uma delas na Ladeira Grande na freguesia da Ribeirinha e a outra no Pico Redondo em S. Bento, infringindo-se assim o decreto legislativo regional que estabelece o regime jurídico do licenciamento das atividades por parte das autarquias e proíbe o licenciamento de touradas à corda no mesmo dia e à mesma hora em freguesias que se tocam territorialmente.

Pergunto ao senhor presidente da Câmara se confirma estes licenciamentos e que consequências poderão advir para a autarquia caso alguém apresente uma queixa na DROAP que tutela o cumprimento deste decreto legislativo regional.

Sr. presidente da Câmara: – Muito bom dia senhores membros da Assembleia. Confirma-se que, por lapso, foram licenciadas essas duas touradas. Os pedidos foram feitos com cerca de um mês de intervalo, as pessoas que estão no atendimento fizeram os licenciamentos e só se deu por isso depois da emissão das licenças. Contactados os mordomos de ambos os lados, verificou-se que havia problemas na alteração das datas e achei que não o devíamos fazer porque se penalizaria quem não teve culpa no lapso.

Estas coisas acontecem de vez em quando no funcionamento de um serviço que concede centenas de licenças. Quem preparou a informação não se apercebeu da coincidência das datas, quando autorizei o licenciamento também não tinha noção de que havia outra tourada agendada para o mesmo dia, mas as consequências não são de maior.

Sr. d. m. Francisco Santos (pres. da Junta de Freguesia de S. Sebastião): – Bom dia Exmo. senhor presidente da Assembleia Municipal, Exmo. senhor presidente da Câmara e restante equipa camarária, colegas deputados municipais.

É com alegria que vos recebo na vila de S. Sebastião e quero aproveitar a ocasião para dar a conhecer um pouco mais a minha terra. Após o desembarque na ilha, aqui próximo, formou-se um pequeno povoado designado por Ribeira de Frei João que mais tarde foi elevado a vila de S. Sebastião e sede de concelho por Carta Régia de D. Manuel I em 23 de março de 1503, tendo-lhe sido retirado esse estatuto em 01 de abril de 1870. Foram 367 anos de história, destacando-se, entre diversos acontecimentos, a batalha da Salga em 25 de julho de 1581.

A 9 de junho de 2003 S. Sebastião recuperou a categoria de vila e hoje somos uma localidade com cerca de 2 100 habitantes com uma forte ligação à lavoura de onde várias famílias retiram o seu sustento.

S. Sebastião é também, sem qualquer sombra de dúvida, um autêntico *hotspot* turístico da ilha Terceira, tendo como principais atrações a sua igreja matriz construída pelos primeiros povoadores em 1455 onde se destacam os seus portais em estilo manuelino, arcos e abóbadas nervuradas e frescos Tardo-medievais únicos no arquipélago. Ao lado, o nosso império que em 2018 comemora 100 anos, é também um alvo preferencial de quem nos visita.

A zona costeira é também muito procurada pois, para além de uma beleza admirável, tem uma história única. A baía da Salga, palco de grandes heróis, a baía das Contendas, zona de excelência para a prática de surf e observação de aves e, desde junho de 2016, o ponto de partida de um dos trilhos pedestres mais bem cotados da nossa ilha, os fortes de S. Sebastião.

Os Salgueiros são outra zona de lazer de grande afluência que recentemente sofreu melhoramentos com a construção de mesas e churrasqueiras num espaço onde, há quatro anos, se praticava um campismo selvagem.

Ao nível cultural, temos as festas de Santana, padroeira dos lavradores, que terminam com as emblemáticas touradas à corda no nosso largo da fonte, o último terreiro da ilha; decorrem na última semana de julho e são uma atração para os que nos visitam, em especial os nossos emigrantes. Aquela semana é também uma lufada de ar fresco para o nosso comércio local.

O trabalho desenvolvido por uma junta de freguesia não é fácil, como bem sabem os colegas das outras freguesias. Como estabelecemos o contacto mais próximo com as pessoas, conhecemos os seus problemas e dificuldades que procuramos sempre resolver. Quando os assuntos não são da nossa competência, encaminhámo-los para as entidades certas e pressionamos para que as coisas se resolvam, o que nem sempre é fácil porque as soluções não dependem de nós, mas é na junta que ouvimos os desabafos.

Quero agradecer à Câmara Municipal a forma como tem colaborado connosco na resolução das nossas diversas solicitações. Devido ao final de mandatos, tanto da Câmara como da Junta de Freguesia, sabemos que há pedidos menos fáceis de resolver mas, se pudesse pedir três desejos para S. Sebastião, seriam: o apoio para a construção da casa mortuária, a única localidade do concelho que não a tem, o asfaltamento do Caminho da Ponta, do Caminho do Fundo e da Canada do Riadoiro, que não estão incluídos nas próximas obras previstas para o centro da freguesia, ainda a compra de terrenos e a construção de zonas de estacionamento na Salga e nos Salgueiros.

Para terminar, quero agradecer ao senhor presidente da Assembleia Municipal por ter convocado esta reunião para a vila de S. Sebastião e agradeço também à Casa do Povo de S. Sebastião pela cedência deste salão. Muito obrigado e bom trabalho a todos.

Sr. presidente da Câmara: – Saúdo também o senhor presidente da junta de freguesia de S. Sebastião e lembro que este município é herdeiro do município de S. Sebastião. A partir de 1870 os dois municípios passaram a ser um só e não podemos esquecer que, durante mais de três séculos, existiu aqui uma câmara. A Assembleia Municipal não existia mas houve sempre a tradição de reunir aqui as câmaras da ilha. Quando havia necessidade de coordenar a ação municipal na ilha Terceira, era na Matriz de S. Sebastião que se reuniam as três câmaras da ilha, sendo que a de S. Sebastião foi sempre a anfitriã dessas reuniões.

Quando falamos da nossa história, e no que respeita a questões municipais, muitas vezes temos tendência em esquecer que a história de Angra tem aqui um pilar importante porque a câmara de S. Sebastião é tão antiga como a de Angra; foram coevas, funcionaram em conjunto durante muitos anos e acabaram por se fundir em 1870, mas essa fusão não deve significar o esquecimento nem o menosprezo por uma tradição fortíssima de municipalismo que existe aqui. Quero juntar a minha voz à do senhor presidente da junta de freguesia e dizer que esta reunião aqui tem um significado especial porque também somos herdeiros da Câmara de S. Sebastião.

Sr. presidente da Mesa: – Em meu nome e em nome da Mesa da Assembleia, quero agradecer as palavras do senhor presidente da junta e dizer-lhe que é com muita alegria que estamos nesta sua e nossa freguesia, pela qual tenho um carinho especial, dado que a minha bisavó paterna, apesar de não ter nascido aqui, era neta de Ferreira Drummond e os laços familiares também me ligam a S. Sebastião.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante vereação, senhoras e senhores deputados municipais. Somos bem recebidos, sentimo-nos muito bem aqui e quero aproveitar para saudar toda a população da vila de S. Sebastião na pessoa do senhor deputado Francisco Santos. S. Sebastião é rica em história,

tradições, dinamismo, ideias e propostas, fruto do trabalho dos representantes da população personificados no seu presidente da Junta de Freguesia.

Senhor presidente da Câmara, coloco-lhe de novo uma questão que vem sendo habitual relativa ao trânsito no concelho de Angra. Esta será provavelmente a penúltima reunião da Assembleia Municipal deste mandato e o trânsito sempre foi uma área sensível que suscitou as mais variadas divergências entre bancadas municipais e entre a oposição e a Câmara. Continuamos sem a apresentação pública do estudo de trânsito que a Câmara Municipal mandou elaborar e sempre questionámos a capacidade técnica do gabinete a quem foi encomendado o referido estudo, independentemente de outros contratos que esse mesmo gabinete possa fazer localmente ou fora.

Está a decorrer um conjunto de intervenções, nomeadamente na circular externa de Angra, nas calçadas da zona da Guarita e no estacionamento da zona paralela ao Relvão e constroem-se as tascas e outras estruturas de apoio às Sanjoaninas no Bailão. Complica-se o trânsito e reduz-se o número de lugares de estacionamento disponíveis, por isso gostaria de saber onde está o planeamento municipal para todas essas ações. Tudo isto a decorrer ao mesmo tempo revela um mau planeamento.

Seria bom que a Câmara desse mais explicações para que as pessoas percebam o que está a acontecer no concelho e ao nível do trânsito em Angra. A bem da transparência, a fundamentação técnica de tudo o que está a ser feito deveria ter sido tornada pública. Resta-nos fazer oposição, trazendo aqui as questões e criticando-as porque achamos que esta não é a melhor forma de governar.

Sr. presidente da Câmara: – Pouco mais há a dizer do que aquilo que já foi aqui repetidamente dito. O estudo de trânsito está concluído, a Câmara já o discutiu e foi apresentado publicamente as vezes que se considerou necessárias. Podemos concordar ou discordar de algumas situações mas trata-se de um estudo técnico e competente que veio confirmar o excelente estudo anterior e apresenta orientações para o trânsito nas próximas décadas.

Pode ficar descansado que as obras das calçadas já terminaram e na próxima terça-feira, quando se cumprirem os dias de endurecimento do betão, todo o padrão de trânsito voltará à sua absoluta normalidade. O trânsito ligeiro já circula livremente e os autocarros estão a dar a volta pelo percurso anterior porque ainda não houve tempo suficiente de cura do betão que se cumprirá na próxima terça-feira.

Os estacionamentos estão a ser construídos de acordo com o planeamento que os senhores bem conhecem e que os angrenses muito desejam. As obras da circular externa estão virtualmente concluídas, faltando apenas algumas pinturas e remoção de obstáculos.

As Sanjoaninas começarão na próxima semana com o trânsito reposto na circular e em todos os outros espaços. Quanto ao estacionamento, estão a ser feitas obras num espaço, foi aberto outro lá em baixo ao fim do Fanal que tem pouco uso e a praça de touros continua por esgotar a sua capacidade. Vamos assim continuar com o progresso que a nossa cidade merece.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Perante a resposta do senhor presidente da Câmara referente às touradas à corda, posso concluir que a partir de agora poderá haver um conjunto de pedidos para licenciamento de touradas no mesmo dia e à mesma hora em freguesias contíguas porque fica aberto um precedente sem consequências. O senhor presidente assume a responsabilidade de autorizar estas situações devido a um erro por parte da Câmara Municipal mas deveria ter havido um outro cuidado relativamente a esta matéria.

Na semana passada o senhor presidente da Câmara esteve presente na apresentação de um estudo encomendado pela Câmara do Comércio a uma empresa externa sobre as preferências dos consumidores no comércio tradicional da ilha. Algumas considerações concluídas neste

estudo prendem-se com o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e com a acessibilidade às lojas de Angra do Heroísmo por parte dos clientes. O senhor presidente disse que os 300 lugares junto ao Relvão resolverão este problema mas continuam evidentes as dificuldades de estacionamento em Angra.

Este estudo veio apenas confirmar o que temos vindo a debater nos últimos quatro anos nesta Assembleia Municipal e noutros fóruns e não se chegou a nenhuma conclusão. No que respeita às obras das calçadas na zona da Guarita, estranha-se que a EVT não tenha sido informada do encerramento daquele troço que nos levou a fazer manobras de geringonça para entrar em Angra...

Sr. presidente da Câmara: – Sabe que isso é mentira, não sabe? O senhor é especialista nessas coisinhas mas isso não é bem assim...

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Sei que vários motoristas dos autocarros me diziam que não sabiam que volta haveriam de dar e circularam em sentido contrário...

Sr. presidente da Câmara: – Perguntou com certeza ao homem que limpa as retretes da EVT.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Perguntei a quem trabalha na EVT e não a quem trabalha nas retretes municipais ou noutras quaisquer. Peço-lhe que mantenha o nível porque estou apenas a fazer-lhe uma chamada de atenção. Fui interpelado por alguns motoristas da Empresa de Viação Terceirense que me disseram não terem sido informados do impedimento de descer a Guarita naquele dia e vendo o peixe ao preço que o comprei.

Gostaria de saber se, na sua ótica, os 300 lugares do Relvão resolvem o problema do estacionamento e se está previsto algum circuito de *minibus* por aquela zona da cidade para permitir uma maior acessibilidade dos automobilistas ao centro histórico.

Sr. presidente da Câmara: – Em resposta à sua primeira questão, não ficou nem ficará aberto qualquer precedente a respeito do licenciamento das touradas. Quem comete os erros, assume-os - que é o meu caso - mas a minha intenção é nunca mais voltar a errar e se isto voltar a acontecer não dependerá da minha vontade. A lei é para ser cumprida, por alguém se ter enganado uma vez não legitima que nos voltemos a enganar e fica bem claro que não serão aceites quaisquer pedidos de licenciamento para touradas em freguesias contíguas.

É importante que percebam que alguns pedidos de licenciamento são feitos com vários meses de antecedência e este não foi anotado na data certa. Aconteceu um erro em 60 ou 70% das 250 touradas da ilha que decorrem no concelho de Angra e as pessoas envolvidas foram devidamente avisadas para que estes lapsos não voltem a acontecer.

No que respeita às questões de informação de trânsito, e para lhe dar uma ideia, antes de se criar o novo circuito, um motorista da EVT levou a bordo o responsável pelo tráfego da empresa para ensaiar com a devida antecedência e não haveria um percurso alternativo sem o acordo de quem os gere. O senhor pode ter ouvido o que ouviu mas, quando quiser obter informações de fonte segura, deve falar comigo ou com o responsável da EVT.

Quanto ao estacionamento, aquele projeto envolve a construção de quatro parques, três na zona que se encontra em obra e um outro junto ao forno da cal no extremo oposto do percurso pedestre, mas continuam insuficientes porque Angra precisa de mais um milhão de lugares de estacionamento. Já adquirimos os terrenos junto ao tribunal onde fizemos um pequeno alargamento para a criação de dois ou três andares de estacionamento e esperamos que aconteça também noutros espaços que constam do PIRUS que aqui foi aprovado. No atual planeamento está prevista a criação de cerca de 2 000 lugares de estacionamento em Angra mas as obras não se fazem todas num só dia e vamos avançando de acordo com os recursos disponíveis.

Não me parece adequado que se faça passar ali o *minibus* porque qualquer pessoa que faça aquele trajeto a pé pela rua de Jesus, pela zona da Casa da Roda ou por outro espaço qualquer,

terá uma centena e meia de metros a percorrer até à igreja da Sé. Os dois atuais circuitos dos *minibus* estão completos porque vão a demasiados lugares e demoram cerca de uma hora, o que é claramente excessivo. É uma questão a estudar e talvez tenhamos que os dividir em circuitos diferentes.

A circulação dos autocarros pesados em Angra deve ser objeto de uma análise mais profunda porque implica graves consequências para os pavimentos e para os prédios que sofrem um autêntico microssismo que conduz à inevitável fadiga dos materiais.

O estudo da Câmara do Comércio é interessante e deve ser repetido periodicamente porque é importante perceber as opiniões dos consumidores. As principais questões têm a ver com horários de funcionamento já liberalizados por esta Assembleia e o comércio em Angra tem ampla flexibilidade para fazer o que entender entre as 07 horas e a 01 hora da manhã todos os dias da semana. No entanto, se não houver coordenação, acontecerá o mesmo que se verificou no mercado municipal em que ficamos sem capacidade para atrair clientes se abrímos apenas uma loja. As pessoas pedem que as lojas se mantenham abertas após o horário de trabalho pelo menos até às 20 horas e também à hora do almoço em que uma boa parte delas se encontram fechadas. Trata-se apenas de uma questão de coordenação e estou convencido que mais lojas abrirão com o andar do tempo.

O estudo também aponta que as segundas-feiras são muito fracas, assim como praticamente todas as manhãs; se calhar, as lojas poderiam abrir às 09 ou mesmo às 11 horas da manhã, mantendo-se abertas à hora do almoço e após o horário laboral, mas essas decisões não nos cabem e já fizemos o que podíamos.

As questões de estacionamento são comuns a qualquer cidade. A Câmara está a dar o seu contributo com os parques que referi há pouco mas é preciso fazer mais e mais será feito, com certeza.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Bom dia senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras senhores deputados municipais. Mantenho a minha pergunta da praxe relativa à situação em S. Carlos porque se passaram mais quatro anos, o troço do Caminho do Meio continua sem solução à vista, e gostaria de saber se houve algum desenvolvimento desde a última sessão da Assembleia. Gostaria também de saber se houve alguma renegociação referente à concessão dos parquímetros que possa ter comprometido o termo do contrato para depois de 2022.

Sr. presidente da Câmara: – O que lhe posso dizer em relação à situação de S. Carlos é que pode contar comigo se quiser fazer uma manifestação porque o assunto começa a ser verdadeiramente incomodativo, difícil de entender e de aceitar. Fará um ano no início do próximo mês que o Governo anunciou a adjudicação da obra. Tem toda a razão e junto a minha voz à sua porque esta situação não pode continuar assim por muito tempo.

Tenho contactado regularmente o senhor diretor e o senhor secretário regional e tem-me sido dito que tem havido alguns problemas com a expropriação de um terreno, que a obra vai começar já, vai começar já, mas ainda não começou e é deveras estranho o que ali se passa.

Quanto à sua segunda questão, se pudesse até encurtaria o prazo e não o alargaria em caso algum. Não foi assinada nenhuma adenda ao contrato e o que temos que fazer é não deixar passar a data certa da denúncia porque esta não é a situação adequada para o nosso concelho.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, restantes colegas. O proprietário do restaurante Moinho na freguesia da Conceição pretende abrir uma esplanada e dirigiu-se à Câmara onde foi informado que a autorização dependia de uma resposta da junta de freguesia da Conceição que, segundo diz, já deu parecer positivo. O munícipe dirigiu-se de novo à

Câmara Municipal anteontem onde lhe foi dito que não fora recebido qualquer parecer da referida junta, por isso voltou a insistir comigo hoje.

O senhor presidente da Câmara disse que o estudo de trânsito foi apresentado publicamente mas desconheço essa apresentação; que eu saiba, terá sido apresentado à porta fechada aos vereadores numa versão *light* e não nos foi entregue uma cópia escrita. É admirável que, em quatro anos, não se tenha conseguido apresentar publicamente um estudo de trânsito. O senhor diz que vai fechar a Praça Velha sem condicionar o trânsito na rua da Sé mas desconhecem-se as razões técnicas que sustentam essas decisões.

Começo a juntar as minhas às suspeitas da restante população de que, alguma coisa o Álamo esconde para não apresentar este estudo de trânsito; é isto que as pessoas dizem. Após um conjunto de decisões, nomeadamente o fecho intermitente da Praça Velha, o senhor tinha a obrigação de facultar aos angrenses a consulta desse estudo de trânsito. Pode continuar por esse caminho se assim o entender porque, como deve imaginar, nesta fase do campeonato isto é música para os meus ouvidos.

Sr. presidente da Câmara: – Quanto à música, o senhor ouvirá os angrenses a tocá-la no dia 1 de outubro. O caso do restaurante Moinho é célebre porque já recebi esta mensagem por todos os canais e só falta uma revelação divina. A licença não foi concedida porque esta situação foi muito problemática em anos passados com protestos da vizinhança. Tivemos nesta Assembleia Municipal, dois ou três casos de pessoas que vieram aqui protestar por causa de esplanadas e não querem que o assunto se multiplique.

O senhor vice-presidente acabou de me informar que a junta de freguesia emitiu parecer positivo, foi recebido na passada quarta-feira e a licença será emitida a devido tempo. Ainda não houve tempo de o levar a reunião de Câmara mas fá-lo-emos na primeira oportunidade ainda hoje à tarde ou na segunda-feira de manhã.

Esta é uma questão complexa e os senhores perceberão a minha hesitação em relação ao aumento de esplanadas na periferia de Angra, uma zona extraordinariamente problemática. Lembro os protestos que temos tido por causa do Desterro em que os moradores têm cá vindo queixar-se repetidamente além de outras situações ocorridas naquela mesma zona envolvendo cafés. Apesar dos pedidos insistentes, não podemos encarar esta matéria de ânimo leve.

O referido proprietário já me abordou dezenas de vezes sobre essa matéria, a última vez que o fez foi na tourada de S. Sebastião aqui junto ao portão da Casa do Povo, e já lhe expliquei que tinha que ouvir a Junta de Freguesia para termos uma noção clara da oposição por parte da vizinhança porque não precisamos de mais cafés problemáticos na periferia da cidade além dos que já temos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Toda a gente tem momentos maus. Senhor presidente da Câmara, começo por lamentar a sua reação em jeito de aparte intempestivo em relação à questão do deputado Pedro Ferreira. Por vezes colocamos-lhe questões cujas respostas já conhecemos mas é importante que a sua fique registada em ata visto não se tratar de uma conversa informal de café.

O senhor presidente da Câmara é useiro e vezeiro em responder rispidamente quando não gosta de alguns temas e estou a ter cuidado com os termos para não me exceder. É lamentável a forma como o senhor se referiu à possível e hipotética obtenção de informação de um deputado municipal, uma vez que preside ao município que atribuiu uma medalha de mérito municipal a uma funcionária das casas de banho públicas ao pé do jardim de Angra. Pela forma como se dirigiu a essa profissão, deveria merecer que a pessoa em causa lhe viesse devolver a medalha. O senhor presidente da Câmara não chama mentiroso a ninguém aqui dentro porque não tem autoridade para isso. Faz as suas graçolas e às vezes também se engana de propósito.

Voltando ao estudo de trânsito, a bancada do PSD não aceita secretismos no que toca a documentos estratégicos para o desenvolvimento do concelho que vinculam a possibilidade de o município se candidatar a fundos comunitários durante muitos anos como o PIRUS, que contém alterações substanciais ao estacionamento e ao trânsito.

É inconcebível que o senhor esconda um estudo de trânsito que está na base da fundamentação técnica de tudo isto. Das duas, uma: ou o estudo não tem qualidade e o senhor continua a defender-se com o estudo antigo de 1996 que era bom e nunca foi posto em prática após 20 anos de executivos municipais socialistas, ou o dito estudo contém um conjunto de alterações polémicas que o senhor não quer assumir e apresentar publicamente.

O senhor não deveria ter divulgado com pompa e circunstância um estudo encomendado a um gabinete local, além de todas aquelas situações que tanto contestámos. É importante conhecer-se as fundamentações técnicas, se é que elas existem. Seja claro e transparente, senhor presidente; o senhor tem vindo a fazer alterações ao trânsito sem qualquer fundamentação técnica. É a sua opção política, que é legítima, mas terá também de nossa parte o julgamento político que temos o direito de fazer.

Em resposta à senhora deputada Rita Andrade a propósito da situação do trânsito nas imediações da escola Tomás de Borba, o senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo diz que vai fazer uma manifestação. Onde está a tomada de posição pública da Câmara contra o Governo Regional que não é competente, atrasa-se numa obra, não expropria os terrenos e põe em causa a segurança das populações? O senhor vai manifestar-se ou vai tomar uma posição pública contra o Governo Regional que promete, não cumpre e dá desculpas? É por estas e por outras que é preciso um outro presidente da Câmara com capacidade e distanciamento político em relação ao atual Governo Regional para resolver problemas e reivindicar para Angra, coisa que o senhor não é capaz de fazer.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 16 de abril a 4 de junho de 2017 bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Para conhecimento da Assembleia, já se deu início à construção do Centro Interpretativo de Angra e o mesmo aconteceu em relação à obra de construção dos parques de estacionamento do percurso pedestre que liga as duas baías em Angra. Está também adjudicada e a seguir a sua tramitação para a obtenção de visto, a obra da proteção costeira no Fanal.

Neste período foi ainda possível resolver um problema de contencioso em torno da adjudicação da obra de separação da rede de esgotos de Angra, que segue já o seu percurso normal, e vimos também resolvidas em definitivo as questões relacionadas com a contratação pública para as Sanjoaninas de 2014 em que o município ganhou o processo em toda a linha e a contraparte no processo saiu devidamente penalizada.

Tenho boas notícias em relação à escola de Santa Bárbara cuja obra já arrancou e contamos vê-la pronta até setembro, estando assim devidamente encaminhadas todas as grandes obras possíveis de arrancar neste mandato.

A obra da calçada aqui falada há pouco está concluída, faltando apenas um arranjo num passeio devido a um pedido do proprietário da casa que faz esquina para a rua da Garoupinha, que pediu para impermeabilizar o passeio devido a problemas de infiltração na sua propriedade.

Diria que as coisas não poderiam ter corrido melhor neste período. Já é possível fazer o balanço da visita do senhor presidente da República que correu extremamente bem, particularmente na vertente da projeção da imagem externa muito importante para o concelho do ponto de vista da qualidade urbana e paisagística; pudemos ver imagens extremamente bonitas nas televisões nacionais e a promoção do nosso concelho não poderia ter corrido melhor. Fica também aqui uma palavra de apreço à Filarmónica do Porto Judeu, que foi louvada por todos e fez um espetáculo extremamente bom num ponto alto do seu percurso artístico, e aos Myrica Faya pelo seu excelente concerto. O espetáculo correu muito bem, o concelho esteve no seu melhor e estamos todos de parabéns.

Neste período entre sessões da Assembleia Municipal celebrou-se também o dia 10 de junho. Mais uma vez o município teve uma participação importante com uma cerimónia na Praça Velha que muito dignificou o concelho.

Em relação às questões de natureza financeira, a evolução do ano está a decorrer normalmente sem nada fora do comum à execução do que já estava previsto.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Vou começar a minha intervenção com um elogio que também deve ser feito quando as coisas correm bem, aproveitando para dar os parabéns à Câmara, ao Governo Regional e a todas as entidades envolvidas na receção a sua Excelência o Presidente da República. Foi um sucesso absoluto a forma como o mais alto magistrado da nação foi recebido na nossa terra e o facto de a comunicação social ter tido todas as condições para divulgar essa visita, talvez a melhor promoção turística do concelho e da ilha nas últimas décadas.

Tive o privilégio de poder acompanhar alguns momentos dessa visita. O concerto na Praça Velha foi, de facto, um momento ímpar e muito bom e devemos estar todos orgulhosos do que foi feito. Muitos parabéns a todos os intervenientes no processo por terem demonstrado de forma extremamente positiva como devemos receber qualquer cidadão nacional ou estrangeiro que nos queira visitar porque precisamos que eles cá venham ou regressem.

Voltando ao trabalho político que nos traz aqui hoje, devo lembrar que, assim como as respostas, também as não respostas ficam registadas em ata. É desta forma que sublinho a não resposta às minhas questões no período Antes da Ordem do Dia.

Senhor presidente da Câmara; vamo-nos aproximando da altura dos balanços de mandato e registamos que o senhor, no fim do quarto ano de mandato, é que começa a fazer o pré arranque dos investimentos em infraestruturas com que se comprometeu na sua campanha porque não conseguiu desbloquear as obras e os investimentos que vinham de trás. Poderá dizer que os recebeu como herança e nada tem a ver com isso mas os munícipes colocaram nos boletins de voto a cruzinha num quadradinho com uma mãozinha fechada que dizia «Partido Socialista», significando que o senhor é responsável por ser filho e herdeiro e o facto de não conseguir sequer inaugurar a escola de Santa Bárbara em quatro anos, diz muito acerca da forma de trabalhar do seu executivo.

O PSD entende que a obra do Centro Interpretativo e recuperação da casa da rua do Marquês é importante mas não, prioritária. As obras de estacionamento, essas sim são prioritárias, assim como o investimento nas infraestruturas do concelho e na proteção da orla costeira do Fanal, uma obra com contrato AARAL que já constou de orçamentos regionais pelo menos por cinco vezes e nunca arrancou.

Mais uma vez ficamos à espera que o senhor, já em campanha, faça o lançamento ao mar de uma primeira pedra que, possivelmente ainda vai saltar três ou quatro vezes nas ondas do Fanal

ao jeito de uma qualquer mensagem escrita que venha a ser encontrada daqui a uns tempos por uma criança com barbatanas e óculos de mergulho que se encontre alegremente a brincar na nova zona balnear do Fanal.

É preciso que as coisas se mexam em Angra apesar de sabermos que muito ficou por fazer devido a dificuldades de operacionalização do atual quadro comunitário de apoio, o PO 2020. Não vimos para aqui fazer exercícios fúteis de demagogia mas temos consciência da enorme balbúrdia em que os sucessivos executivos municipais do PS se embrulharam em termos de procedimentos concursais e de cadernos de encargos, fazendo com que as obras públicas da sua responsabilidade se vissem encravadas.

Houve concursos que permitiram que as obras fossem atribuídas a empresas e empreiteiros sem capacidade financeira para as fazerem e falências sucessivas que impossibilitaram os munícipes de se verem dotados a tempo e horas dos equipamentos que necessitavam e o senhor presidente diz que vai lançar agora. É já a seguir? O que se exige é um pedido de desculpas e gostaria de conhecer as datas do arranque de todas as obras que o senhor anunciou e assumiu no seu manifesto eleitoral para quatro anos, porque esses quatro anos já passaram.

Sr. presidente da Câmara: – A resposta está na pergunta.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Começo pelos reconhecimentos que já têm sido vários da nossa parte. Felicito a Câmara pela receção ao senhor presidente da República e pela forma como Angra conseguiu potenciar este momento a favor da sua promoção externa. Felicito também o senhor presidente da Câmara por não ter avançado com a obra do mercado municipal em relação à qual temos uma profunda divergência de conceção.

Senhor presidente; arrancou ontem a época balnear e tive oportunidade de ver algumas reportagens na RTP Açores com declarações suas mas, na bancada do CDS-PP sobram algumas dúvidas relativas ao processo que levou à perda total das bandeiras na zona balnear da Silveira, à exceção da bandeira do município.

Recorro-me de algumas notícias tornadas públicas pelo jornal Diário Insular. A 27 de maio passado era notícia de que a Silveira tinha perdido a bandeira de ouro da Quercus. Na altura, o senhor vice-presidente da Câmara José Gaspar de Lima dizia: «*Devido a uma análise das águas efetuada em 2014, não se está dentro dos parâmetros de excelência exigidos.*» A notícia acrescentava ainda que tinham decorrido obras na zona balnear em 2014 e em virtude disso a Silveira tinha perdido a bandeira azul e a bandeira de ouro, tendo-as recuperado em 2016. Agora, e pelo que se vê, sobra a bandeira do município hasteada na Silveira que, pelas declarações do senhor presidente e do senhor vice-presidente da Câmara, continua com uma água de excelente qualidade como realmente aparenta porque dá para ver o fundo, olhando até de cá de cima.

Talvez por erro, na edição do Diário Insular de anteontem dia 14 de junho, foi dada a nota de que, afinal, a Silveira vai hastear a bandeira azul. A época balnear arranca amanhã e este ano a associação Bandeira Azul da Europa atribui 34 galardões a zonas balneares e praias, entre elas a Silveira que, possuindo uma excelente qualidade de água e atendendo a um conjunto de investimentos que lá foram feitos para garantir melhor acessibilidade, as coisas começam a ficar um pouco confusas. Ontem o senhor presidente da Câmara dava conta de que tinha havido um engano por parte da Direção Regional dos Assuntos do Mar que reportava à análise da água de 2014; afinal, que engano foi esse?...

Sr. presidente da Câmara: – Em 2014 decorreu uma regata e não foram feitas obras.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Estou a reportar-me à notícia de 27 de maio. Seria importante esclarecermos os banhistas e os utilizadores da zona balnear da Silveira sobre o que está em causa e que diligências foram tomadas pela Câmara no sentido de ultrapassar esta situação e apurar as razões da perda da bandeira azul da Europa.

Para finalizar, a minha última questão prende-se com uma notícia publicada no passado dia 10 de junho num jornal de S. Miguel a respeito da Central de Valorização Energética se encontrar parada devido a uma avaria. Segundo alguns técnicos contactados por este jornal de S. Miguel, falava-se numa explosão no circuito de vapor da CVE da Terceira; todavia, o professor Paulo Monjardino, responsável pela TERAMB, dizia que se tratava apenas de um problema no tapete de escórias.

Saltando aquela pergunta humorística - se esta central poderia ser recomendada a um amigo devido aos problemas que apresenta e cuja resposta foi um singelo silêncio por parte do professor Paulo Monjardino - importa saber quais são afinal os problemas da Central de Valorização Energética da ilha Terceira. O professor Paulo Monjardino assume que tem havido um conjunto de avarias e mostra-se preocupado com o facto de, muitas delas não serem de fácil resolução, à medida que a garantia se aproxima do seu final já em novembro deste ano.

O grupo municipal do CDS-PP interpelou o seu vereador camarário que diz desconhecer completamente a situação, por isso peço que o senhor presidente da Câmara informe se a garantia da CVE será devidamente acionada e se a empresa italiana a quem foi adjudicada esta empreitada vai acabar por resolver a situação.

Sr. presidente da Câmara: – No que respeita às zonas balneares, são feitas análises às águas desde 2008 e desde essa altura até à semana passada, houve apenas um dia em que a Silveira não cumpriu os parâmetros de excelência. Isso aconteceu no dia 10 de setembro de 2014 devido à presença na Silveira das embarcações da regata «Atlantis Cup». A bandeira azul deveria ter sido arreada nesse dia, o que não aconteceu por esquecimento, e aí começou toda esta questão. No ano 2015 a água passou da condição de «excelente» para a condição de «boa» que é a classificação imediatamente abaixo. Este foi o único dia em que houve um resultado de análise «boa», visto que todas as análises têm revelado resultados de «excelente» até hoje.

Em 2014 foram prestados esclarecimentos e em 2015 a associação Bandeira Azul da Europa atribuiu a bandeira. Contudo, o assunto não ficou esquecido por razões que não consigo explicar. Como existem dois intermediários e não nos correspondemos diretamente com a associação, enviámos a informação para a Direção Regional dos Assuntos do Mar que, por sua vez, a envia à associação onde é apreciada por um júri que atribui as bandeiras.

Em 2015 a associação voltou a conceder a bandeira azul para 2016 sem qualquer dificuldade. Para meu espanto, a análise de 2014 aparece imputada a 2016 porque enviaram a tabela toda mas esqueceram-se de verificar as datas. A Silveira aparece referenciada com um dia de água «boa» e não «excelente» em 2016, o que não é verdade, mas o júri tinha já deliberado não conceder a bandeira com base numa informação incorreta devido à mistura das análises.

A Direção Regional dos Assuntos do Mar, que é a autora da notícia publicada no Diário Insular, diz que vai içar a bandeira azul na Silveira este ano e eu tenho a deliberação do júri de que a bandeira não vai ser içada. Duvido que a Silveira tenha bandeira azul porque o júri deliberou por altura do Natal do ano passado, não volta atrás e o assunto deveria ter sido discutido nessa altura.

Eu entendo que a Silveira não tem bandeira azul mas a Direção Regional entende o contrário, o que pouco interessa porque a qualidade da água é excelente, recomenda-se e o município manterá o serviço exatamente como se tivesse bandeira azul. As análises é que contam porque são oficiais, enquanto a bandeira azul é apenas um galardão privado e pago; quem o quiser, paga-o a esta associação que o atribui com base nos resultados enviados pela Direção Regional dos Assuntos do Mar.

Seis das nossas sete zonas balneares possuem bandeira azul e apeteceu-me não usar o galardão em nenhuma delas mas vamos usá-lo porque foi pago no ano anterior e não tem qualquer importância para quem toma banho na Silveira. As análises à água continuam a ser feitas com

os resultados lá afixados e vamos passar a colocá-los também no *facebook* e no *site* da Câmara Municipal para que todos saibam que a Silveira tem uma água excelente. Não há nenhum esgoto nem qualquer outro problema naquela zona, por isso podem ir à vontade para lá.

Respondendo à questão da incineradora, esse artigo tem a ver com a comunicação de uma determinada empresa, uma luta que nada tem a ver connosco. Como já foi aqui dito por várias vezes, temos tido um conjunto de avarias relacionadas com as bombas de recirculação e já se concluiu que o problema tem a ver com o dimensionamento da própria bomba; como se trata de uma obra de conceção/construção, a responsabilidade é de quem construiu a central e essa matéria está a ser tratada. Como não acreditamos no que foi feito pela empresa projetista, contratámos o Instituto Superior Técnico para uma peritagem independente. Uma parte da garantia acaba em cinco anos e a outra dura dez, o que nos dá um amplo prazo para que o assunto se resolva.

A central terá provavelmente um problema relacionado com o excesso de matéria sólida no lixo que vai a queimar. Infelizmente continua a fazer-se uma má separação de resíduos nas nossas casas e é enorme a quantidade de pedras, latas, garrafas e de outros objetos não combustíveis que acabam por entrar na incineradora. À saída existe um conjunto de grelhas vibratórias que separam esses materiais e estão a ter um uso muito superior àquele para que foram projetadas porque a quantidade de matéria não combustível é superior ao que estava previsto. O equipamento foi reforçado e resolveu-se a questão mecânica mas é preciso uma política mais agressiva de promoção da separação dos resíduos. Para vos dar uma ideia, o ano passado passaram pela incineradora cerca de 900 toneladas de latas.

Tem havido uma discussão entre a TERAMB e a empresa projetista para se averiguar as responsabilidades. Eles alegam que existe demasiado material sólido, nós achamos que aquilo não deveria ter partido e o novo braço está a ser projetado com uma dimensão superior para resistir a cargas maiores. Foi a primeira vez que se verificou uma avaria nessa zona, não houve qualquer problema relacionado com circuitos de vapor e não sei quem se lembrou de dizer tal coisa.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Não posso deixar de manifestar o meu pesar a respeito do erro cometido em relação à Silveira. Ainda bem que a água é excelente mas trata-se também de uma questão psicológica porque as pessoas podem duvidar da sua qualidade por não verem lá a bandeira azul.

Tratando-se de um erro por parte da Direção Regional dos Assuntos do Mar no envio dos resultados das análises da água que foram pagas pela Câmara Municipal, julgo que a associação Bandeira Azul deverá emitir um novo parecer baseado nas análises verdadeiras e atribuir-nos a respetiva e merecida bandeira; se isso não for possível, a Câmara Municipal deverá prestar aos municípios, através do Diário Insular ou por outro meio que achar conveniente, o esclarecimento que o senhor presidente acabou de nos dar aqui.

Esta semana recebemos uma outra informação relativa à Silveira que me deixou preocupada. Na terça ou na quarta-feira desta semana, por volta das 10H30 da manhã na altura da maré baixa, os funcionários camarários estavam a tentar limpar os musgos das escavas e do varadouro com regadores de lixívia. Apesar de ainda não estarmos na época balnear, há já muita gente a ir a banhos e não me parece que a lixívia seja o produto mais adequado para colocar no cais da Silveira.

Mudando de assunto, estive a analisar o documento das GOP e vi que há um financiamento definido e comprometido de cerca de 440 mil euros na aquisição de imóveis e requalificação urbana. Pergunto se é este o fundo de requalificação urbana aprovado pela Câmara que o senhor presidente anunciou na Câmara do Comércio a semana passada e se nos pode prestar mais alguns esclarecimentos.

Reparei na existência de uma rubrica referente a geminações e parcerias no valor de cerca de 280 mil euros de financiamento definido com 216 mil euros já comprometidos e uma outra de cooperação institucional e política de geminação com um financiamento de 1,5 milhões de euros, estando já comprometidos 1,2 milhões. De um financiamento definido de 1,8 milhões em geminações e parcerias, a Câmara já comprometeu cerca de 1,5 milhões. Lembro ao senhor presidente da Câmara que as parcerias apenas são importantes quando apresentam contrapartidas para ambas as partes, por isso gostaria de saber qual o retorno deste investimento em termos económicos e sociais, não só para a Câmara de Angra, mas para todas as partes envolvidas.

Sr. presidente da Câmara: – Creio que fui bastante claro no que disse em relação à bandeia azul e não sei quem errou neste processo. Há um ofício da Direção Regional dos Assuntos do Mar a tentar corrigir o assunto junto de outras entidades, não sei bem o que realmente aconteceu e nem me parece extremamente importante porque a bandeira azul é apenas uma marca comercial que não representa a verdadeira qualidade da água. Também não me parece que seja possível estar a culpabilizar a DRAM sem se perceber melhor o que, de facto aconteceu, porque a informação de que disponho é muito parcelar e ainda não consegui seguir todo o processo.

A lixívia é colocada semanalmente nos períodos de uso mais intenso e num horário dependente das marés. Trata-se de hipoclorito de sódio, aquilo que metemos também na água que estamos a beber. É o que chamamos de cloro que está na água e usamos para desinfetar as nossas casas. A lixívia não deixa resíduos na maior parte dos casos porque, depois de oxidar, se transforma em cloreto de sódio que é o normal sal de cozinha. O único risco seria a descoloração das roupas ou a provocação de alguma queimadura em situações de aplicação muito concentrada mas espero que os nossos funcionários vedem devidamente o espaço e não permitam o acesso das pessoas durante a aplicação.

No continente há problemas recorrentes com fungos nas praias, algo pouco comum aqui. A lixívia é aplicada para desinfetar o chão e para remover as algas que criam um ambiente escorregadio e perigoso nas rampas e nas escadas de acesso ao mar. Não há nenhum risco ambiental ou outro qualquer problema especialmente grave associado à lixívia que desaparece rapidamente quando entra em contacto com a água do mar.

Os funcionários da Câmara fazem este trabalho num horário determinado pela natureza porque a lixívia tem que ser colocada na maré mais baixa do ciclo lunar, umas vezes de dia outras de noite. Talvez haja algum excesso de utilização, provavelmente não seria necessário andar de balde e poupar-se-ia algum dinheiro, embora a lixívia seja relativamente barata. Talvez possamos melhorar esta operação que é necessária para minimizar os riscos a quem utiliza as zonas balneares.

Passando ao assunto das GOP, posso informar que esse fundo não é nosso. O IFRRU é um fundo alimentado pelo Banco Europeu de Investimentos, nós somos beneficiários e não pagadores. Esse fundo municipal destina-se à pintura e arranjos das casas dos bairros sociais, nesse caso, uma empreitada de requalificação do parque habitacional municipal. Está a ser finalizada uma pintura em S. Mateus, uma outra decorre na Terra Chã, estão prestes a iniciar-se intervenções nalgumas casas do bairro do Lameirinho e a proceder-se à remoção de alguns telhados com amianto, particularmente nas casas mais antigas.

Não vamos gastar um milhão de euros com outras cidades irmãs; essa cooperação consome cerca de 40 mil euros por ano, não consegui identificar a verba que a senhora deputada referiu mas vou informar-me já no próximo intervalo.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e executivo, senhoras e senhores deputados municipais. Em primeiro lugar, um agradecimento especial a quem nos recebe hoje aqui na vila de S. Sebastião.

Os critérios da obtenção da bandeira azul deveriam constar do *site* da Câmara ou de outro local de informação de acesso fácil. Após toda esta confusão, andei à procura dos critérios para a cedência da bandeira azul ou outra qualquer explicação respeitante também às análises da água que poderão levar à sua perda, mas não os encontrei em lado nenhum, assim como também não encontrei os resultados das análises. Uma análise má, boa ou muito boa, para mim é tudo muito relativo, por isso queria saber quais os micro organismos que foram analisados e os respetivos valores.

Como o senhor presidente da Câmara disse e muito bem, mais importante do que a bandeira azul é a efetiva qualidade das águas; deveríamos ter acesso aos resultados dessas análises e o senhor não pode dizer que não se pode responsabilizar a Direção Regional dos Assuntos do Mar só porque não possui toda a informação. A DRAM acabou por reportar à associação Bandeira Azul e ao respetivo júri, os resultados que não correspondem à realidade, mas é a Câmara Municipal o cliente que paga e faz todos os esforços para manter uma qualidade ambiental que lhe permita o retorno através da obtenção do galardão bandeira azul e não o tem porque a Direção Regional dos Assuntos do Mar enviou as análises erradas; foi isto *ipsis verbis* que o senhor presidente da Câmara disse.

Temos que responsabilizar a Direção Regional porque o município pagou para ter um galardão que não vai receber e o senhor presidente da Câmara disse que as águas estavam boas mas foram enviados os resultados errados como sendo de 2016. Já agora, quem é o responsável pelo envio dos resultados para a obtenção da bandeira de ouro? Segundo parece, quem os enviou também se enganou porque perdemos também esse galardão.

Quanto à sobrecarga da CVE devido à má separação dos resíduos muito bem explicada pelo senhor presidente, há uns meses eu disse que não serviriam de nada os gastos de quantias avultadas em questões pedagógicas porque a separação de resíduos não acontece na prática, apesar de a maior parte das pessoas estarem esclarecidas. O senhor presidente discordou da minha sugestão para a atribuição de meios efetivos às pessoas para fazerem a separação dos seus resíduos de forma conveniente e confortável e cada vez temos uma maior sobrecarga...

Sr. presidente da Câmara: – Cada vez menos.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – O senhor disse que há avarias porque a sobrecarga dos resíduos é superior ao que estava projetado. Não foi o que disse? Que há uma separação ineficaz por parte dos consumidores que acaba por ser feita na estação de tratamento, originando sobrecargas que conduzem a avarias? Foi o que pensei. Quer dizer que não estamos a ser eficazes na separação; estamos a queimar resíduos que seriam recicláveis e estão a servir de alimentação energética à estação quando deveriam ser recuperados para outros fins.

Sr. presidente da Câmara: – Quando ao resultado das análises, penso que ainda é cedo para culpabilizar alguém porque também preciso de ver todo o fluxo de informação entre o laboratório, a Câmara e as restantes estruturas, algo que estamos a analisar. Caso tenhamos nós enviado a informação errada, a culpa não é de quem a retransmitiu e é preciso verificar com cautela o que aconteceu. Espero que a senhora deputada possa receber nos próximos minutos as análises que estão de acordo com os padrões de água «excelente», à exceção de uma análise de 2014 com o padrão de água «boa».

Quanto aos resíduos, posso informar que estamos a separar cada vez melhor e a ilha Terceira está entre o melhor dos melhores a nível nacional e um dos melhores ao nível do sul da Europa. Num ano melhorámos mais do que o país numa década, temos vindo a fazer progressos na casa dos 20% a cada ano que passa, o que não deve servir de consolação para não termos atingido o objetivo que pretendíamos.

Já obtive a informação solicitada pela senhora deputada Rita Andrade e posso informá-la que se trata do valor que consta da rubrica 07 onde estão incluídas as transferências para as freguesias, para o fundo de assistência municipal e para todas as outras instituições.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Apenas uma correção técnica: o senhor presidente sabe que o hipoclorito deixa resíduo. Quando medimos o cloro na água municipal e nas piscinas é exatamente o residual, aquele que não reage, deixa resíduo e não se transforma em cloreto de sódio. Na água do mar sim, porque já possui cloreto de sódio.

Sr. presidente da Câmara: – Todo ele ali se transformou em cloreto de sódio e não fica resíduo porque o consumo de cloro é muito superior à quantidade colocada. Aqui na água excedemos essa quantia de propósito para desinfetar mas todo ele desaparece rapidamente.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e executivo, caros colegas deputados. Agradecemos o acolhimento da junta de freguesia de S. Sebastião e aproveitamos para dar os parabéns a toda a equipa da Câmara Municipal e a todas as pessoas envolvidas na receção ao senhor presidente da república que muito honrou a nossa cidade. É inequívoco o êxito que tal visita mereceu da parte do concelho de Angra.

Gostaria de saber se o processo de atribuição da bandeira azul é reversível porque, apesar de não estar em causa a qualidade da água que é notória, a presença da bandeira poderia tranquilizar as pessoas e evitar alguns comentários que possam eventualmente surgir.

Sr. presidente da Câmara: – Creio que o processo é irreversível no corrente ano porque o júri só reúne uma vez. Pela notícia divulgada, a Direção Regional dos Assuntos do Mar dá a entender que a temos mas consultei a ata do júri e a Silveira não tem bandeira azul.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Assisti com muita atenção à discussão académica que aqui se gerou acerca da diluição das lixívias mas não temos reações instantâneas. Quando aplicada em grande quantidade e concentração, a lixívia atua e tem uma ação química e tóxica.

Não é a primeira vez que acontecem situações com o uso de lixívia no nosso município. O ano passado em S. Sebastião, nos Salgueiros e na Salga houve situações com peixes mortos, incómodos para banhistas e alguma polémica como esta levantada este ano em torno da Silveira.

Quem controla afinal a quantidade e a concentração das lixívias utilizadas nas nossas zonas balneares? Sabendo-se que a aplicação destes produtos químicos depende da maré que baixa duas vezes ao dia, pergunto se essa aplicação pode ser feita fora do horário de utilização das zonas balneares e se é possível o uso de meios mecânicos de remoção das algas e limos das zonas de acesso ao mar, nomeadamente através de jato de água ou por via do calor com uma ferramenta em tudo semelhante àquela que a Câmara adquiriu para queimar as infestantes nos caminhos do município em substituição de químicos como o *Glifosato*, também conhecido por *Roundup*.

A lixívia não se dilui nem se transforma instantaneamente porque a reação química precisa de um período de tempo. Trata-se de uma questão tóxica e ambiental, por isso é que os peixes, as algas e os fungos morrem. As coisas não podem ser feitas à balda e de balde. É importante que o uso da lixívia seja adequado, criterioso e bem feito, por isso estamos aqui a denunciar a situação.

Quanto à bandeira azul, se a Câmara paga e fica sem o galardão, alguém tem que ser responsabilizado e a autarquia tem que ser indemnizada; ou a culpa é também da Câmara?

Sr. presidente da Câmara: – Talvez seja.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Talvez seja? Então o senhor presidente tem que nos dar mais explicações. Quando as coisas correm bem, vem a Câmara; quando correm mal, a culpa é de

ninguém. Há que tratar as questões com lisura, senão voltamos à questão do relacionamento com a verdade que é importante no exercício de funções públicas.

Há um outro assunto que não foi aqui devidamente abordado e tem a ver com a situação da TERAMB. Senhor presidente, já se falou e bem do projeto de conceção/construção da incineradora. É evidente e necessário um certo nível de experimentalismo numa instalação daquela dimensão, que parece grande para o concelho, mas é uma micro incineradora em comparação com as dimensões das incineradoras por esse mundo fora. Durante anos fomos ouvindo sucessivos anúncios de que Angra seria o melhor sítio do mundo para separar lixo e, em vez disso, temos tido uma série de problemas com a incineradora.

Quem forneceu os dados errados ao projetista acerca da separação e composição dos lixos do concelho? Afinal, não se sabia que o lixo era tão mau que viesse causar tantos problemas? Alguém continua a ser incompetente e agora temos uma incineradora que avaria constantemente devido ao fornecimento dos dados errados ou porque o projetista foi incompetente. Esperemos que a Câmara acione todos os mecanismos legais para que o município não saia prejudicado e é importante insistir mais uma vez nas garantias da sua parte para que fiquem em ata e as possamos visitar mais tarde sempre que necessário.

Trazemos de forma recorrente à Assembleia Municipal a questão do urbanismo. Senhor presidente, qual o ponto da situação acerca daquelas enormes ruínas da cidade como o antigo hospital, os celeiros e a antiga fábrica da ELA? Continua tudo na mesma?

Independentemente do círculo eleitoral e da cor do executivo camarário, esta Assembleia e o município devem começar a pensar em comprar, expropriar ou tomar posse de algumas dessas zonas de modo a resolver o problema urbanístico se não houver outra forma de o fazer. Se o mercado dos privados não o fizer, o interesse público terá que resolver este problema porque estão em causa questões de segurança, de saúde pública, de narcotráfico, etc. Vai contar connosco para esse debate, quer estejamos em período pré eleitoral ou noutra qualquer.

Estamos a chegar à época das térmitas, por isso gostaria de conhecer as medidas que a Câmara está a pôr em prática para proteger os imóveis deste concelho e atenuar os efeitos do período de saída dessa praga das madeiras e colonização de novas casas.

Sr. presidente da Câmara: – Começando pela questão da lixívia, há de facto um tempo de reação, razão pela qual são colocadas umas fitas para isolar a área durante esse período e foram feitas sérias recomendações no sentido de se usar a quantidade mínima necessária. Temos um técnico responsável por essa matéria e espero que cumpra a sua obrigação de usar o mínimo necessário.

Há dois anos aconteceu uma aplicação excessiva que foi corrigida. Tanto quanto sei, não existe nenhuma outra solução mais adequada do que a lixívia que é mais segura sob todos os pontos de vista desde a desinfeção até à limpeza do pavimento. É aplicada apenas onde for necessário e na altura adequada que é a maré mais longa, seja de dia ou de noite. Habitualmente é feita de dia porque acarreta menores custos e evita o pagamento de horas extraordinárias.

O fecho de uma escada durante um par de horas não me parece um grave problema para quem utiliza o espaço, porque há alternativas, e tudo faremos para otimizar essa operação e reduzir as quantidades. Também não gosto de ver as pessoas a usarem baldes e precisamos de uma solução um pouco melhor. Utilizamos um aspersor para aplicar lixívia nos pavimentos no centro da cidade, se calhar passaremos a utilizá-lo.

Quanto à situação da bandeira azul, a responsabilidade é sempre da Câmara porque eu deveria ter visto isto mais cedo mas achei que o assunto estaria completamente ultrapassado em 2015 e 2016; era esta a informação de que dispunha até ao aparecimento destas notícias desencontradas. Poderia ter dito qualquer coisa se tivesse visto isto antes da reunião do júri mas só tomei conhecimento na aproximação da época balnear quando o assunto foi trazido à minha

atenção e estava completamente fora das minhas preocupações a discussão da bandeira azul em 2017.

No que respeita à incineradora, não há nenhum problema de planeamento e a característica dos resíduos foi a que estava estatisticamente estabelecida desde que foi criado o sistema de informação sobre resíduos dos Açores. O projeto foi feito com base nesses dados para ter uma determinada quantia de pedras e outros sólidos.

À partida, esta incineradora foi concebida para queimar lixo velho que provém das bolsas e traz necessariamente alguma quantidade de pedras e outros resíduos sólidos; é o que está a ser dito ao construtor que tudo deveria ter feito para que isto não acontecesse, um argumento que levará a que lhe seja imputada a responsabilidade pela reparação e todos os custos ligados a esta avaria. Fazia parte do caderno de encargos e ele foi informado que se iria fazer a incineração de lixos antigos que foram cobertos com terra e pedras que acabam por passar, por mais que se faça a crivagem. Estou seguro de que a nossa posição prevalecerá tal como aconteceu nas outras avarias.

Esta é uma avaria menor de cerca de uma centena de euros e tem a ver com um eixo de um motor elétrico. O desgaste desta peça é mais rápido do que se pensava e talvez tenhamos que lá colocar um eixo mais poderoso.

A questão levantada pelo senhor deputado acerca dos edifícios abandonados em Angra é séria e preocupante; alguns casos poderão ter solução, outros talvez impliquem a demolição. A «Globo» ali junto à Praça Velha abrirá no próximo mês e a «Cruzeiro» encontra-se em obras com previsão de abertura num período razoável de tempo, menos dois problemas que teremos que enfrentar.

Quanto aos três edifícios que referiu, os mais difíceis de resolver, haverá aparentemente uma solução para o edifício do velho hospital. Há uma negociação que se arrasta há um par de anos e espero que as coisas se encaminhem para a aquisição por parte de uma empresa internacional que o pretende transformar num complexo de apartamentos assistidos. Não posso garantir que isto aconteça mas existe essa perspetiva.

Que eu saiba, não há qualquer interessado nos celeiros que estão à venda há vários anos num fundo de resolução do banco e há um projeto de grande qualidade aprovado para a reutilização das instalações do antigo edifício da ELA, projeto esse que acabou por não ter seguimento dada a crise económica, mas espero sinceramente que seja retomado porque valorizará em muito aquele espaço. A questão não tem a ver com tempo mas com o aparecimento de um investidor interessado em gastar ali cerca de 7 milhões de euros. O fundo de resolução que ficou com aquele espaço está a tentar vender o projeto a outros.

Está em andamento o processo de investimento no espaço da antiga «Pensão Lisboa» que se encontra abandonado desde o sismo de 1980, assim como a reutilização do edifício da rua de Jesus que pertenceu ao Governo e tem já o projeto aprovado. O edifício da Câmara está em obras e há um interessado em reconstruir o prédio da esquina da rua de S. João. O edifício a meio dessa rua já tem o seu licenciamento aprovado e iniciará as obras depois das Sanjoaninas.

Começam a restar poucos espaços abandonados no centro da cidade mas ficámos com esses três «monstros» cuja resolução exige investimentos pesados externos e não me parece que exista localmente alguém com capacidade financeira para tal.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Senhor presidente, houve recentemente algum engano na compra de ecopontos por parte dos Serviços Municipalizados?

Sr. presidente da Câmara: – A senhora vereadora acha que não.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Começo a ficar preocupado porque o senhor assumiu um engano acerca do licenciamento das touradas e outro a respeito das análises das águas na Silveira. Apetece-me citar Jesus Cristo e dizer: «Levanta-te e anda, Álamo!»

Sr. presidente da Câmara: – Eu ainda irei na procissão dos passos devidamente vestido.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Temos ouvido com alguma insistência que não tem faltado gente para colaborar com as Sanjoaninas após o fim das comissões. Por mero interesse pessoal e sem nada ter a ver com política ou outra qualquer razão institucional, um destes dias desloquei-me ao final da tarde ao pavilhão das Sanjoaninas na zona industrial.

Para além do cão que, depois de preso lá me deixou entrar no pavilhão porque estava a chover, encontrei apenas três pessoas: o José João Dutra, um artista contratado especificamente para este serviço, o senhor Carlos Fagundes e outro jovem que não conhecia. Estão a fazer um trabalho excecional e quando lhes perguntei por aquela azáfama de outros tempos, fiquei um pouco desolado quando me responderam que apenas ficavam aqueles três depois das 16 horas após a saída dos funcionários ao abrigo dos programas ocupacionais. Pergunto ao senhor presidente se não será pouca gente para tanto trabalho que ainda há para fazer e se houve assim uma redução tão grande no número de pessoas que me parecem tão necessárias nesta altura.

Sr. presidente da Câmara (em tom de graça): – Colocámos lá o cão justamente para ver se não vai lá muita gente; o objetivo é mesmo esse. As pessoas que lá estão a trabalhar são as adequadas para que, no dia e hora aprazados, saia um produto de qualidade. Aquele é um trabalho para profissionais, dadas as ferramentas e os materiais utilizados.

Devido ao elevado número de voluntários, tivemos que fazer um processo relativamente doloroso de seleção, as coisas estão a correr manifestamente bem e espero que na próxima quinta-feira todos saíamos orgulhosos do trabalho que ali se tem feito.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Senhor presidente da Câmara, reconheço-lhe a postura ao assumir os erros mas há situações excessivas. De há dois meses a esta parte tornou-se público que a Silveira não teria bandeira azul este ano e o senhor deveria ter tomado diligências no sentido de saber o que se estava a passar.

Sr. presidente da Câmara: – E tomou.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – As análises que o senhor vereador Guido Teles mostrou são aquelas que foram enviadas pela Direção Regional dos Assuntos do Mar assinadas pelo senhor Filipe Porteiro...

Sr. presidente da Câmara: – E estão certas, essas análises.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Eu quero é ver os resultados das análises das águas que foram recolhidas na Silveira. Havia a dúvida se o erro constava das análises enviadas daqui para a Direção Regional mas já me está a mostrar as que foram enviadas de lá para a associação Bandeira Azul.

Sr. presidente da Câmara: – As análises são enviadas simultaneamente à Câmara e à Direção Regional pela empresa que as recolhe.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Então a Câmara não cometeu nenhum erro e provavelmente o INOVA se tenha enganado a enviar. O senhor presidente deveria ter-se apercebido que as análises que seguiram em 2016 indicavam a qualidade da água como «boa» quando, afinal, era «excelente». São essas análises que lhe dão a segurança para dizer que a Silveira tinha águas de excelente qualidade em 2016, algo que não corresponde ao que foi enviado. Se a Direção Regional dos Assuntos do Mar enviou os resultados corretos com a assinatura de Filipe Porteiro, alguma coisa correu mal.

Não quero perder a razão mas estou quase certa de que os estatutos da atribuição da bandeira azul obrigam a tornar públicos os resultados das análises em local bem visível.

Sr. presidente da Câmara: – Estão lá sempre.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Então, se isso é cumprido, deveriam constar lá os resultados das análises enviados pelo INOVA e não, pela Direção Regional dos Assuntos do Mar.

Não se registaram mais intervenções. A Informação sobre a Atividade Municipal constante do Ponto 1.1 foi considerada apreciada.

1.2 - Consolidação de contas do Grupo Municipal de Angra do Heroísmo composto pelo Município de Angra do Heroísmo que compreende a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados. Para apreciação e votação do órgão deliberativo nos termos do n.º 2 do artigo 75.º e do artigo 76.º da Lei das Finanças Locais e nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. Proposta de aplicação de resultados e aprovação do Saldo de Gerência.

– O Saldo de Gerência de 2016 é de 5 869 136,22 € (cinco milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, cento e trinta e seis euros e vinte e dois cêntimos) composto por 5 615 632,04 € (cinco milhões, seiscentos e quinze mil, seiscentos e trinta e dois euros e quatro cêntimos) de execução orçamental e 253 504,18 € (duzentos e cinquenta e três mil, quinhentos e quatro euros e dezoito cêntimos) de operações de tesouraria. Propõe-se a sua aprovação de acordo com os pontos 2.6 e 2.7.5 do POCAL.

– O resultado líquido positivo é de 2 579 158,16 € (dois milhões, quinhentos e setenta e nove mil, cento e cinquenta e oito euros e dezasseis cêntimos).

Nos termos dos pontos 2.7.3.3 e 2.7.3.5 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, propõe-se à Assembleia Municipal que o mencionado resultado seja utilizado de acordo com o proposto nas contas individuais.

Sr. presidente da Câmara: – Pouco há a dizer em relação à consolidação das contas do Grupo Municipal porque o perímetro apenas abrange a Câmara e os Serviços Municipalizados, a soma de dois relatórios de contas já aprovados por esta Assembleia. Esta norma legal tem importância em municípios com empresas municipais ou outras entidades periféricas, que não é o nosso caso. O resultado é manifestamente positivo e estamos numa boa situação financeira. Gostaria de chamar a atenção da Assembleia para o facto de a TERAMB não estar a consolidar porque obteve resultados contabilísticos positivos embora, do meu ponto de vista, a empresa tenha que ser acompanhada com alguma cautela.

Há três outras entidades que aparecem fora do perímetro e devem ser trazidas à consideração; uma delas é a ADIRA, que se encontra extinta devido a uma dificuldade que aconteceu em 2012 mas não tinha sido devidamente comunicada a sua extinção ao Registo Comercial, o que só foi feito este ano. Em 2016 ainda constava, agora já não consta.

Como sabem, a Assembleia ratificou a decisão da Câmara e, a partir do dia 1 de janeiro de 2017 o município deixou de ser sócio da ART, cuja conta já não aparecerá nesses organismos periféricos. Ficaremos assim apenas com duas entidades fora da Câmara e dos Serviços Municipalizados: a AGESPI, na qual temos 25% do capital sendo que 25% pertencem ao município da Praia, 25% à «Portos dos Açores» e 25% à Câmara do Comércio que faz a gestão do Parque Industrial da Praia da Vitória; também tem resultados positivos e não nos deve incomodar muito. A outra entidade será a TERAMB que faz parte das nossas obrigações com um papel essencial na gestão dos resíduos.

Terminadas as intervenções e após votação, a Consolidação de contas do Grupo Municipal de Angra do Heroísmo constante do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria com 23 votos a favor (18 do PS, 5 do PSD) e 9 abstenções (6 do PSD, 3 do CDS-PP).

1.3 - Alteração ao Regulamento Municipal de Apoio à Melhoria das Condições de Habitação no Concelho de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Esta proposta deriva da necessidade de incorporarmos no nosso regulamento uma alteração que aconteceu no regime jurídico da habitação social com o alargamento do período de arrendamento de três para dez anos, visando apenas uma adequação aos imperativos legais.

Não se registaram mais intervenções. Após votação, a Alteração ao Regulamento Municipal constante do Ponto 1.3 foi aprovada por unanimidade.

1.4 - Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo (PDM) e estabelecimento de medidas preventivas:

– Que a Assembleia Municipal, nos termos do artigo 133.º, n.º 2, alínea b) do RJIGTRAA, delibere no sentido de ser encetado o procedimento com vista à suspensão parcial do PDM publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 38/2004/A de 11 de novembro.

– Mais deverá deliberar a Assembleia Municipal que seja solicitado parecer prévio ao Departamento do Governo Regional competente em matéria de administração local nos termos do artigo 133.º, n.º 5 do RJIGTRAA, designadamente, o n.º 4 do artigo 12.º, artigo 35.º e números 6 e 7 do artigo 20.º do Regulamento do PDM.

Sr. presidente da Câmara: – Esta proposta visa permitir a resolução de algumas questões urgentes enquanto decorre a revisão do Plano Diretor Municipal. A ordem de maior relevância tem a ver com a dimensão máxima dos chamados cabanões da agricultura em S. Sebastião, Porto Judeu, Feteira e Ribeirinha nesta planície entre a serra da Ribeirinha e a serra do Cume. O PDM contém uma norma penalizadora dos agricultores ao limitar a 350 m² a sua dimensão máxima que não satisfaz os seus requisitos.

O segundo conjunto de questões envolve a resolução de problemas pontuais, um deles a ampliação da Sociedade das Doze Ribeiras que possui um terreno muito estreito e não permite o distanciamento a que legalmente está obrigada em relação ao terreno vizinho.

A outra situação tem a ver com a utilização dos terrenos a sul do Aterro Municipal em direção à Feteira para aumento dos lotes e deslocação para ali do kartódromo que atualmente funciona junto à praça de touros com grande prejuízo para a utilização racional do parque de estacionamento.

Finalmente temos uma questão que surgiu depois da aprovação desta proposta por parte da Câmara, para a qual pediria que o senhor presidente da Mesa concedesse a palavra ao senhor presidente da junta de freguesia de Santa Bárbara.

Sr. d. m. Hélio Melo Vieira (presidente da junta de freguesia de Santa Bárbara): – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e sua vereação, caros colegas deputados. Passo então a ler o que solicitamos:

«Após a consulta do Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo publicado a 11 de novembro de 2004 verificou-se que o terreno identificado na planta n.º 2 de um processo, se encontra classificado como espaço para equipamento de utilização coletiva. Assim, e com o tal objetivo de se poder dar melhor rentabilidade e utilização do espaço em causa e à própria freguesia, vimos solicitar a suspensão do PDM neste local, passando a uso de solo para

espaço urbanizável nos mesmos termos em vigor a norte do mesmo local, tal como identificado na planta n.º 2.»

Muitos de vós deveis conhecer a zona de lazer da Ajuda onde existe uma ermida e uma casa conhecida como a Casa dos Romeiros. Mais acima existe um terreno com grande parte urbanizável e a possibilidade de o rentabilizar, mas o PDM não o permite e apenas a igreja pode utilizar aquele espaço. A intenção é dar utilidade à casa que lá existe com a possível cedência a uma entidade privada, uma pessoa de Santa Bárbara. Existe um acordo verbal entre a diocese, a paróquia e a freguesia mas a igreja não investe em espaços daquele tipo e a alternativa passa pelo investimento privado.

Sr. presidente da Câmara: – Vou fazer uma pequena correção ao que disse há pouco. O decreto legislativo regional que fará a suspensão tem duas componentes, uma não pode ser da nossa iniciativa, por isso a proposta do dimensionamento dos cabanões seguiu diretamente para o Governo Regional.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Vou solicitar à Mesa um intervalo de 15 minutos para que o grupo municipal do PSD possa reunir a respeito desta nova proposta de alteração à proposta inicial que constava da agenda. Antes disso, gostaria de obter algumas explicações adicionais porque não sabemos a quem pertence o imóvel e gostaríamos que ficasse bem claro o tipo de investimento que se pretende fazer ali e por quem. Uma coisa é o interesse do proprietário, outra é o interesse da freguesia, outra diferente é o interesse de um qualquer privado que queira investir e não me parece que estas questões tenham ficado devidamente esclarecidas. Fica aqui a consideração habitual do PSD sempre que estas questões de suspensão do Plano Diretor Municipal são trazidas à Assembleia. A revisão do PDM deveria ter ocorrido há imenso tempo por se encontrar ultrapassado, obsoleto e não se adequar às necessidades atuais.

Sempre que haja necessidade de violação do PDM procede-se à sua suspensão, prática dos sucessivos executivos municipais. Estou a cumprir a minha segunda legislatura como deputado municipal e já perdi a conta ao número de vezes que o Plano foi suspenso. De nada serve um documento de planeamento se ele acaba suspenso sempre que necessário.

Para concluir, gostaríamos de conhecer a posição das vizinhanças das Doze Ribeiras, de Santa Bárbara e do espaço junto ao aterro, que devem ter sido auscultadas quanto às novas utilizações desses prédios porque o proprietário de um terreno tem legítimas expectativas quanto à sua valorização ou desvalorização. Para podermos proceder à votação destes documentos, devemos saber o que estamos a fazer e de que forma isto nos poderá responsabilizar. Fica então o pedido para que o grupo municipal do PSD se possa reunir durante 15 minutos.

Sr. d. m. Hélio Melo Vieira (presidente da junta de freguesia de Santa Bárbara): – A Casa dos Romeiros e a ermida pertencem à diocese e o terreno acima, o dito triângulo, é propriedade da Junta de Freguesia. Quanto à vizinhança, de um lado é a ribeira, do outro a canada da Ajuda. Tenho o processo comigo e posso até facilitar o mapa para que possam entender melhor o que se pretende. O interessado é uma empresária de Santa Bárbara conhecida por Luísa Mendes e o projeto apenas passa por retificar e ampliar o espaço que se encontra muito degradado, para fins de alojamento local.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – É para ampliar, remodelar, para adquirir ou concessionar o espaço? Qual o tipo de enquadramento?

Sr. d. m. Hélio Melo Vieira (presidente da junta de freguesia de Santa Bárbara): – A empresária pretende adquirir o espaço para investir.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Existe já um contrato promessa?

Sr. d. m. Hélio Melo Vieira (presidente da junta de freguesia de Santa Bárbara): – Só avança se o PDM o permitir, senão vai investir para outro sítio.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Isto é uma pescadinha de rabo na boca porque se altera um documento de planeamento municipal em função de uma simples intenção sem qualquer documento de garantia. Por outro lado, entendo a preocupação do investidor que não promoverá o investimento sem garantias de que o possa fazer, por isso é que existem os acordos de princípios.

Não vejo como isto possa ser feito e não me parece que a Assembleia Municipal deva deliberar em função de uma intenção. Há mecanismos jurídicos que devem ser estabelecidos previamente antes de se aprovar uma coisa sem um único documento que o vincule. Fica aqui uma possibilidade em aberto que não amarra ninguém ao investimento e à intenção do que temos que aprovar.

Sr. presidente da Câmara: – As outras questões foram devidamente preparadas e seguidos os requisitos legalmente estabelecidos. No caso da alteração do espaço no Aterro Municipal, o vizinho é a Câmara Municipal para baixo, para cima, para a direita e para a esquerda.

Quanto às Doze Ribeiras, um dos lados é regional, dois lados são vias municipais e o terceiro lado pertence a um vizinho que em nada fica afetado porque é reservado o espaço correspondente. O problema reside na aproximação lateral em direção à Serreta.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O vizinho não é afetado mas pronunciou-se.

Sr. presidente da Câmara: – Pronunciou-se e está de acordo porque a Sociedade das Doze Ribeiras adquiriu a parcela de terreno entre os dois vizinhos. Em relação a Santa Bárbara não podemos fazer as nossas deliberações *ad nominem*. Não interessa saber quem é a pessoa, mas sim o objetivo, e na nossa deliberação deve ficar estabelecido que se pretende adaptar o imóvel para alojamento local.

Interrupção dos trabalhos por 10 minutos.

Sr. presidente da Câmara: – No que respeita à questão introduzida pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, é importante que fique bem claro na ata e na minuta o seguinte: Trata-se da suspensão parcial do PDM no edifício e respetivo reduto da designada Casa dos Romeiros junto à Nossa Senhora da Ajuda em Santa Bárbara com o objetivo específico de permitir a transformação daquele imóvel em alojamento local. Assim, a proposta fica clara e podemos prosseguir para a sua votação sem quaisquer dúvidas. Esta matéria terá que ser submetida a reunião de Câmara onde procederemos à redação necessária, fazendo-a acompanhar do respetivo mapa para posterior envio ao Governo Regional.

Sra. d. m. Michele Aguiar: – Muito boa tarde senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados. Fiquei um pouco surpreendida com a deslocalização do kartódromo devido ao número de praticantes e aos custos associados à prática da modalidade. Como as provas se realizam durante o período diurno, o ruído não será uma das razões, até porque existem queixas de moradores em relação a outras formas de ruído e a legislação mantém-se.

Após alguma pesquisa, obtive a informação de que foi de 17 o máximo de participantes em prova. Além dos custos da deslocalização, um *kart* em segunda mão ronda os 2 500 €, o que faz com que este seja um desporto de elite não acessível a qualquer um, e a nova localização proposta não me parece a mais indicada para as provas por se situar numa zona de nevoeiros permanentes.

Sr. presidente da Câmara: – Gostaria de lembrar um processo antigo que envolveu o senhor Provedor de Justiça em que foram aconselhadas ao município, um conjunto de medidas limitadoras daquele espaço e a potenciação da sua utilização enquanto estacionamento, tornando-o mais atrativo incluindo a arborização, para que os carros não fiquem expostos à torreira do sol.

Esta matéria foi objeto de uma negociação complexa com a entidade gestora do espaço, chegou-se a um entendimento e já existe um projeto para um novo kartódromo sem custos excessivos que permite uma utilização sem qualquer restrição. A questão dos nevoeiros também foi analisada, razão pela qual se pensou na posição mais baixa possível a sul daquele espaço.

Sr. vereador Guido Teles: – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia. O senhor presidente da Câmara já descreveu grande parte da situação. Houve várias reclamações feitas diretamente à Provedoria de Justiça por parte dos moradores das redondezas onde é praticado o karting e foi emitida uma recomendação no sentido de, no mais curto período de tempo possível, deixar de se praticar esta atividade naquela zona, procurando outra localização para o kartódromo e assim requalificar o local para parque de estacionamento com uma melhor delimitação dos lugares.

Em conjunto com o «Terceira Automóvel Clube» procurou-se encontrar a melhor solução técnica para a prática da modalidade mas os primeiros projetos sugeridos apresentavam valores inaceitáveis. Continuámos a negociar com o TAC à procura da melhor solução arquitetónica para o efeito, o que nos levou a um projeto bastante interessante adequado à realização de provas oficiais de âmbito nacional por um valor que ronda os 170 mil euros de investimento.

Mantém-se assim uma atividade praticada há muitos anos no concelho de Angra do Heroísmo, embora tenhamos a noção de não se tratar do melhor local em termos atmosféricos, mas foi a melhor solução encontrada para a instalação do kartódromo. É nossa intenção avançar o mais rapidamente possível com a obra para cumprirmos as recomendações do senhor Provedor de Justiça na defesa dos moradores das redondezas. Juntamente com o «Terceira Automóvel Clube» tentámos encontrar uma solução para definir o número máximo de treinos e competições durante o ano para uma proteção mais eficiente dos direitos dos moradores enquanto avançamos com a obra da deslocalização definitiva daquela infraestrutura.

Sr. d. m. João Santos: – Bom dia a todos. Quando se trata de investimento, é importante não esquecer de colocar o respetivo retorno no outro prato da balança. Devo manifestar o meu desagrado relativamente a uma parte da intervenção da senhora deputada Michele Aguiar ao dizer que, sendo um desporto caro e de elite que beneficia apenas alguns, então não se faça. Percebo os seus argumentos relativamente ao nevoeiro e ao investimento, mas não gostei da parte da sua intervenção que mais parecia um discurso do PCP ou do Bloco de Esquerda. Os pobres, os ricos e os milionários, todos têm os mesmos direitos e esta Câmara trabalha para todos. Os desportos motorizados, a equitação, o ténis e o golf são para elites, mas ainda bem que muitos os podem praticar nesta terra, ao contrário do que se passa no continente.

Sr. d. m. Luís Salvador: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, minhas senhoras e meus senhores. Não posso deixar de dizer aqui duas palavras na qualidade de presidente da junta de freguesia de S. Bento e morador nessa zona junto ao parque de estacionamento da praça de touros que também serve de kartódromo. Segundo sei, aquele espaço apenas serve para treinos e as competições não podem ser aprovadas. Lastimavelmente vejo por ali um ou dois indivíduos a fazerem barulho e a incomodarem cerca de duas centenas de pessoas que moram ali à volta.

Congratulo-me com esta decisão da Câmara de, finalmente, requalificar aquele parque de estacionamento com a sua arborização, colocação de sanitários e todas as condições adequadas, deslocalizando a modalidade do *karting* para outro terreno onde se possam realizar também provas nacionais e internacionais com todas as condições necessárias.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O grupo municipal do PSD solicitou a interrupção dos trabalhos para poder discutir entre si esta nova alteração ao diploma em discussão porque pretendemos tomar uma posição fundamentada e estaremos disponíveis para o aprovar.

Como referiu o senhor presidente da Câmara, é importante que fiquem bem explícitos na ata, a identificação, os limites dos terrenos e a concordância do vizinho no caso das Doze Ribeiras, e a finalidade a que se destina o investimento em Santa Bárbara porque todos os investimentos são bem-vindos sobretudo na área do turismo.

Os documentos aprovados nesta casa devem ficar blindados contra eventuais aproveitamentos da suspensão do PDM para uma utilização diferente daquela que nos comprometemos a aprovar. Faremos depois uma declaração de voto para uma vinculação absoluta na ata do que se está aqui a votar e para que os senhores vereadores possam também depois votar em conformidade em reunião de Câmara.

Apanhando a boleia do CDS-PP, consideramos importante a localização para a construção de um kartódromo de raiz para a realização de provas nacionais ou outras de maior dimensão. Dou como exemplo o campo do Nacional da Madeira que foi construído numa zona de nevoeiros, por vezes impeditivos da realização de jogos. Percebo que não haja terrenos em abundância para construir um kartódromo mas as pessoas precisam de ver, filmar ou televisionar as provas, e aquela zona vai ter problemas. Espero que o projeto inclua também a construção de algum tipo de barreiras para atenuar a ação do nevoeiro.

Quanto aos desportos para ricos e pobres, parece que está tudo ao contrário porque já vi nesta Assembleia o CDS-PP criticar e o PS defender os desportos dos ricos. Se calhar, os de esquerda são ricos e os da direita viraram pobres mas talvez tenha tudo a ver com as oscilações de poder que se verificam na região neste momento.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Pergunto se não haveria a possibilidade de instalar este novo kartódromo no parque desportivo do estádio João Paulo II porque apresentaria melhores condições atmosféricas, ficaria mais perto da sede do Terceira Automóvel Clube e afetaria menos vizinhança com menor dispersão de infraestruturas desportivas ao longo do concelho.

Sr. presidente da Câmara: – O ruído seria desastroso porque não é possível isolar aquele espaço.

Sr. presidente da Mesa: – Vamos integrar neste Ponto 1.4, nº 5 alínea d), a referência às suspensões pedidas para o PDM: Ampliação do edifício da Sociedade Filarmónica Rainha Santa Isabel das Doze Ribeiras, deslocalização do kartódromo e a alteração da Casa dos Romeiros na Ajuda em Santa Bárbara para fins de alojamento local.

Terminadas as intervenções e após votação, a Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo (PDM) constante do Ponto 1.4 foi aprovada por maioria com 31 votos a favor (21 do PS e 11 do PSD) e 4 abstenções do CDS-PP.

Sr. d. m. Luís Rendeiro (numa declaração de voto): – O PSD votou a favor desta proposta de alteração ao PDM por entender benéficos para o concelho os investimentos em causa, nomeadamente ao nível da construção de equipamentos de uso público e social e dos investimentos privados que poderão gerar riqueza e emprego no concelho e nas freguesias.

Esta declaração de voto não inibe nem cala a crítica que o PSD tem vindo a fazer acerca da necessidade de uma atualização célere e não arrastada do PDM de modo a evitar a sua violação cada vez que seja necessário fazer um qualquer investimento porque os documentos municipais de planeamento e ordenamento devem ser respeitados. O nosso voto favorável também se deve ao compromisso de que conste em ata que esta suspensão ao PDM fique claramente definida para evitar qualquer adulteração do que hoje se está a votar nesta casa.

Sr. d. m. Pedro Ferreira (numa declaração de voto): – Que fique claro que a abstenção do CDS-PP não é manifestamente contra qualquer dos investimentos públicos ou privados previstos, nomeadamente na área do alojamento local para a freguesia de Santa Bárbara. Apenas queremos marcar uma posição porque julgamos que fica aberto um precedente pela

forma como foi tratado um investimento privado sobre o qual subsistem ainda algumas dúvidas. Seria para nós mais fácil votar a favor caso se tratasse de um projeto da Junta da Freguesia, da Casa do Povo ou de outra qualquer instituição pública.

1.5 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural a Marcolino Candeias Coelho Lopes a título póstumo. Para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.6 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural a António Correia (Pantónio). Para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.7 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural a Luís Godinho. Para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.8 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Profissional a Fernando Augusto de Sousa a título póstumo. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Mesa: – O professor Fernando de Sousa foi meu professor durante vários anos. Era um homem exemplar como pai, professor e membro da sociedade em que se inseria. Um grande senhor desta terra e filho de um antigo ministro da primeira república, nem sempre foi compreendido pelo regime em que viveu.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.9 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Profissional a Carlos António Alves dos Reis. Para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.10 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Profissional a Ana Maria Pimentel Pereira da Costa. Para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.11 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Profissional a José Armando da Silveira Ficher. Para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.12 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico a Basílio Narciso de Sousa. Para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.13 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico a Carlos António Simas Bretão. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Não posso deixar de manifestar a honra de votar favoravelmente este voto respeitante ao senhor Carlos António que infelizmente partiu cedo demais. É da geração do meu pai e de outros jovens do mundo rural pobre onde não havia a oportunidade de escolaridade fora da freguesia a não ser no seminário onde fez o seu percurso de formação. Voltou para a sua freguesia onde fez um trabalho meritório ao nível cívico como cidadão ativo, ocupando vários cargos de direção inclusivamente na Junta de Freguesia.

O senhor Carlos António Simas Bretão era um católico fervoroso e ativo e um catequista exemplar responsável pela educação cristã e católica de muitos jovens daquela freguesia, incluindo a minha própria formação, e dava-se a conhecer pela sua capacidade de contar histórias e de fazer rir. A atribuição desta medalha é uma grande honra para todos e para mim em particular.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.14 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Desportivo a Leodolfo Bettencourt Correia. Para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.15 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Comercial a Açorbordados, Lda. Para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por unanimidade.

1.16 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Comercial a João Pereira & Filhos, Lda. Para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por unanimidade.

1.17 - Atribuição de Medalha de Honra do Município de Angra do Heroísmo ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira. Para aprovação do órgão deliberativo.

O documento foi aprovado por unanimidade.

1.18 - Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural ao Instituto Histórico da Ilha Terceira. Para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por unanimidade.

1.19 - Atribuição de Voto de Louvor a Júlio da Costa Lima. Para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.20 - Atribuição de Voto de Louvor a Pedro Afonso Sousa Xavier. Para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.21 - Atribuição de Voto de Louvor a título póstumo a Maria Carmel Ávila. Para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.22 - Atribuição de Voto de Louvor a título póstumo a Júlio Maria Antunes Sousa Larcher, para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.23 - Atribuição de Voto de Louvor a título póstumo a André Lourenço Ferreira. Para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.24 - Atribuição de Voto de Louvor ao Grupo de Violas da Casa do Povo de Santa Bárbara. Para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por unanimidade.

1.25 - Atribuição de Voto de Louvor ao Desportivo Matraquilhos Futebol Clube. Para aprovação do órgão deliberativo.

Aprovado por unanimidade.

1.26 - Atribuição de Medalha de Bons Serviços Municipais, Classe Medalha Dourada a José Procópio Favas Real. Para conhecimento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.27 - Atribuição de Voto de Louvor a Paulo Henrique da Rocha Fantasia Cardoso. Para conhecimento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.28 - Atribuição de Voto de Louvor a Paulo Manuel Borba Montalverne Sequeira. Para conhecimento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

2.1 - Voto de Congratulação ao Terceira Basket Club. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – «*O Terceira Basket Club é relativamente recente com sede em Angra do Heroísmo e este ano conseguiu um conjunto de feitos salutarés. A temporada que agora terminou coroou o trajeto deste clube sediado em Angra, dignificando o nome da coletividade e projetando a nível nacional o nome do município de Angra e da ilha Terceira.*

O grupo municipal do CDS-PP propõe a aprovação de um voto de congratulação ao Terceira Basket Club pelas conquistas nacionais alcançadas na presente temporada, nomeadamente os títulos de campeão nacional da Proliga e o troféu António Pratas Proliga em basquetebol sénior masculino, solicitando que, deste voto, seja dado conhecimento aos órgãos sociais do clube, à equipa técnica e seus atletas, à Federação Portuguesa de Basquetebol e à Associação de Basquete da ilha Terceira.»

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – A bancada do PSD também se vai associar a este voto. Solicitamos que o debate e a votação se façam em conjunto com o voto do Partido Socialista com o mesmo teor. O PSD votará sempre a favor os votos respeitantes a instituições ou clubes desportivos que atinjam classificações relevantes em termos nacionais, merecendo assim a saudação e o louvor desta Assembleia Municipal.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Voto de Congratulação ao Terceira Basket Club constante do Ponto 2.1 foi aprovado por unanimidade.

2.2 - Voto de Congratulação a Ana Clara Ávila. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – «*A jovem angrense Ana Clara Ávila é atleta do Judo Clube de S. Carlos e acaba de se sagrar campeã nacional de juvenis na modalidade de judo, categoria de menos 70 quilos. Esta competição decorreu no continente e juntou mais de 360 atletas de todo o país distribuídos por 23 categorias de peso em defesa de 108 clubes.*

A somar à conquista nacional, Ana Clara Ávila fica também para a história do Judo Clube de S. Carlos como a primeira jovem atleta a alcançar um título de campeã nacional em 17 anos de trabalho do clube sediado na freguesia de S. Pedro.

A jovem judoca angrense volta a ser distinguida também este ano com o estatuto de Jovem Talento Regional. Para além do título nacional, este ano já se tinha sagrado campeã regional de juvenis na categoria mais de 63 quilos e tinha alcançado o primeiro lugar do pódio no XXVI Torneio de Judo Vila de Andorra 2017. Foi também a primeira classificada no Open de Lisboa em judo na categoria de mais 70 quilos.

A este palmarés individual da jovem judoca angrense Ana Clara Ávila, não pode ser indissociável ao meritório, dedicado e esforçado trabalho desenvolvido pela direção e pelos treinadores do Judo Clube de S. Carlos.

Muitas das despesas das deslocações efetuadas na presente temporada foram assumidas inteiramente pelo clube como, por exemplo, a deslocação para a participação no campeonato nacional de juvenis onde a atleta se sagrou campeã nacional.

São exemplos como este de esforço e dedicação que devem merecer da sociedade em geral e das entidades públicas em particular, um olhar atento, apoio efetivo e reconhecimento pelo excelente trabalho na formação de atletas, homens e mulheres que amanhã estarão à frente dos destinos e da gestão da coisa pública.

O CDS-PP propõe que a Assembleia se congratule com a jovem judoca angrense Ana Clara Ávila pelo título de campeã nacional de judo e demais títulos alcançados nesta época e que este voto seja extensível ao Judo Clube de S. Carlos pelo trabalho profícuo realizado na formação de jovens atletas. Deste voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais do JCSC, equipas técnicas, dirigentes e de apoio, bem como aos atletas, à Federação Portuguesa de Judo e à Associação de Judo da ilha Terceira.»

Terminadas as intervenções e após votação, o Voto de Congratulação a Ana Clara Ávila constante do Ponto 2.2 foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto.

3 – DO PARTIDO SOCIALISTA

3.1 – Voto de Louvor a Dânia Nicole Simões Furk. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – «O grupo parlamentar do PS propõe a aprovação de um voto de louvor a Dânia Nicole Furk de 17 anos, atleta da ACM. A Dânia tem feito um percurso notável ao nível de resultados e da sua postura e naquilo que poderá ser a projeção da região nos campeonatos nacionais e internacionais. Participou no campeonato nacional de pista coberta e obteve as melhores marcas de sempre em provas combinadas classificando-se em segundo lugar, constituindo-se esta marca record pessoal e regional e mínimo de acesso ao programa Jovem Talento Regional onde foi premiada.

Venceu o torneio nacional de pentatlo técnico a 8 de janeiro de 2017 e foi terceira classificada na prova de pentatlo normal nacional a 5 de fevereiro, resultado que lhe deu direito a fazer parte da seleção nacional de juvenis para o Troféu Ibérico de Provas Combinadas. Classificou-se em segundo lugar no torneio nacional destas provas combinadas realizadas a 20 e 21 de maio no Luso.

Ao nível internacional integrou já três vezes a seleção dos Açores nos jogos das ilhas. Em 2015 classificou-se em terceiro lugar e em 2017 obteve o terceiro lugar nos 100 metros barreiras. Dânia Furk é a segunda melhor portuguesa e a quinta melhor do Troféu Ibérico de Provas Combinadas, resultando no primeiro lugar no pentatlo técnico, o segundo lugar no pentatlo normal e o terceiro lugar no heptatlo.

Reconhecendo assim a excelência do percurso e dos resultados obtidos para o atletismo regional e nacional a juntar ao seu irrepreensível currículo de aluna de mérito escolar, o grupo municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal aprove um voto de louvor a Dânia Furk pela sua distinção e exemplo entre as jovens e atletas do nosso concelho.»

Não se registaram mais intervenções. O Voto de Louvor a Dânia Nicole Simões Furk constante do Ponto 3.1 foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

3.2 – Voto de Louvor a Elena Reeann Simões Furk. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – *«A Elena é também uma atleta de destaque. Tem-se revelado uma das melhores atletas de sempre, o que poderá indiciar um futuro de sucesso nos resultados a alcançar, uma vez que só agora entrou para o escalão dos juvenis, e é também uma atleta da ACM treinada pelo professor Leodolfo.*

Além das suas potencialidades e dos resultados obtidos, destacamos o facto de ter ganho a 4 de maio a prova Olímpico Jovem Nacional onde se sagrou campeã nacional de salto em altura com a marca de 1m56 e vice-campeã do salto em comprimento com a marca de 4m98, tendo já obtido em provas anteriores a marca de 1m62, o record nacional máximo para este tipo de provas.

Reconhecendo assim os resultados já obtidos na prática da modalidade desportiva, destacando-se a título de campeã nacional de salto em altura e vice-campeã no salto em comprimento a juntar ao seu irrepreensível currículo e aluna de mérito escolar, o grupo municipal do Partido Socialista propõe a atribuição do Voto de Louvor a Elena Simões Furk.»

Terminadas as intervenções e após votação, o Voto de Louvor a Elena Simões Furk constante do Ponto 3.2 foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

3.3 – Voto de Congratulação ao Terceira Basket Club. Para aprovação do órgão deliberativo.

Posto à votação, o Voto de Congratulação ao Terceira Basket Club foi aprovado por unanimidade.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Quero saudar e dar os parabéns a todos aqueles que receberam nesta Assembleia Municipal a aprovação das respetivas propostas para homenagens, louvores e comendas. No entanto, tal como fiz em situações idênticas em anos anteriores, gostaria de voltar a sublinhar a necessidade e o cuidado em não vulgarizar ou banalizar a figura da comenda, da homenagem e da medalha. Compreendo que talvez se tenha feito o oposto durante muitos anos e alguém quase tivesse que dar o sangue e a alma para ser merecedor de uma homenagem, o que também estaria errado.

Sem visar ninguém de modo particular, julgo que neste momento e aos mais variados níveis, desde algumas juntas de freguesia até à própria presidência da república, se está cair na banalização da homenagem e da comenda, o que faz com que, no momento em que surgirem atos de valia extraordinários, não seja assim tão fácil distinguir entre uma medalha e outra. Essa reflexão deve ser feita para não cairmos no ridículo de começarmos a ter quem se possa recusar receber as respetivas comendas e homenagens.

Em nome do PSD entendemos que se estão a atribuir demasiadas comendas e o excesso poderá desvalorizar a homenagem. Sem valorizar quem quer que seja pela negativa ou pela positiva, lanço o debate e a reflexão para que lá fora não se diga que toda a gente leva uma medalha em ano de eleições.

Sr. presidente da Câmara: – Este ano não houve atribuição em maior número do que em anos anteriores e não me parece que a questão de natureza eleitoral possa ou deva colocar-se. As atribuições propostas pela Câmara mereceram o apoio unânime de todos nós deste lado e aceitámos propostas vindas de todos os partidos políticos.

Temos um leque de homenageados provenientes de todas as origens e todos nos orgulhamos dessas pessoas, desde antigos presidentes de juntas de freguesia com mérito e trabalho feito reconhecido por toda a comunidade, independentemente do partido a que pertenceram. Falei num presidente de junta de freguesia que não é do meu partido, mas tenho o máximo respeito e consideração por ele e pelo trabalho que fez na Sé, e estão aqui pessoas que fizeram coisas tão simples como, por exemplo, a senhora Carmel que manteve em funcionamento durante anos uma ermida e uma tradição que, sem ela, ter-se-ia perdido. Infelizmente faleceu subitamente e deixou um legado que não pode ser esquecido. Estamos aqui a homenagear ainda um conjunto de outras instituições como o hospital de Angra que cumpriu meio milénio ao serviço do povo desta ilha e dos Açores.

Tenha a proposta vindo de qualquer partido, não há entre eles ninguém que mereça censura ou desmérito. Atribuímos medalhas com critério a pessoas que merecem reconhecimento, algo unanimemente reconhecido por todos aqui deste lado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Compreendo a sua intervenção mas considero-a desnecessária. Ao contrário do senhor presidente da Câmara, não individualizei, valorizei ou desvalorizei nenhum dos nomes aqui propostos porque as votações foram secretas no que respeitava a pessoas. Cada deputado pronunciou-se, votando democraticamente como entendeu de acordo com as quatro possibilidades do boletim de voto.

Coloquei à discussão uma reflexão em nome do grupo municipal do PSD e aceito outras opiniões. Pelos vistos, o senhor presidente da Câmara não concorda, e se não fosse a sua opinião, a proposta da Câmara à Assembleia Municipal não teria sido aquela.

Julgo eu e os deputados da bancada municipal do PSD que a reflexão deve ser feita e consideramos excessiva a apresentação de vinte e tal homenagens municipais que devem ter toda a dignidade. Com toda a legitimidade que temos porque fomos eleitos, sublinhámos a nossa posição no local próprio que é a Assembleia Municipal, que será lavrada e registada em ata independentemente do incómodo sentido pelo senhor presidente da Câmara.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Hoje aprovámos homenagens a título póstumo a pessoas que deveriam ter sido reconhecidas em vida. Chamo a atenção da Câmara ou da Assembleia Municipal para alguns erros nos textos dos vários votos que aqui aprovámos e para a necessidade de os corrigir antes de serem entregues aos homenageados.

Mais uma vez faço o habitual reparo acerca da ausência de qualquer órgão de comunicação social, especialmente da VITEC, na sequência de uma resolução aprovada por esta Assembleia. À falta de melhor, ao menos aproveitaríamos os serviços internos, especialmente quando a Assembleia veio reunir numa vila com a história de S. Sebastião. Não poderia deixar passar o facto de hoje não termos tido sequer a cobertura do órgão de comunicação oficial da Câmara Municipal.

*O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade**.*

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 13h40m do dia 16 de junho de 2017, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz